
EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO
Segunda Vara do Trabalho de Lages/SC
(Retificado em 21/06/2024)

PRIMEIRO LEILÃO: DIA 16 DE JULHO DE 2024, ÀS 14h30. (Pelo valor da avaliação).

SEGUNDO LEILÃO: DIA 23 DE JULHO DE 2024, ÀS 14h30. (A quem maior lance oferecer, desde que superior a 51% do valor da avaliação).

LOCAL: Exclusivamente por meio eletrônico, através do *site* deste leiloeiro, qual seja: www.bampileiloes.com.br.

Ricardo Bampi, Leiloeiro Público Oficial, devidamente autorizado pela Exma. Sra. Doutora Michelle Adriane Rosário Arruda Araldi, Juíza Substituta da Segunda Vara do Trabalho de Lages/SC, venderá em Primeiro e Segundo Leilão na forma da Lei, em dia, horas e local supracitados, o bem penhorado no processo, conforme segue:

Processo nº 0000370-91.2024.5.12.0029

Deprecante: Edite Cerutti Tobias

Deprecado: Paulo Maciel de Arruda

Bem 1: Fração de 6,25% (68,25m²) do lote de terras sob o nº 9 da quadra “F” do loteamento São Francisco, situado nesta de Lages, com a área superficial de 612m², com as seguintes confrontações: ao norte, 12,10m com a BR-282; ao sul, 12m com terrenos de Candido Maria Bampi; a leste, 44,85m com o lote nº10; e ao oeste, 57,15m com os lotes nº 8 e 18, codificado por zona 02, setor 06, quadra 635, lote 09. **Matrícula:** Imóvel sob a Matrícula nº 7.911 do 4º Ofício de Registro de Imóveis de Lages/SC. **Ônus:** Penhora em AV-2 (Processo nº 0127800-91.1998.5.12.0011). Débitos de IPTU a serem consultados. **Depositário:** Paulo Maciel de Arruda. **Endereço de vistoria:** BR-282, terras sob o nº 9 da quadra “F” do loteamento/bairro São Francisco, Lages/SC. **Avaliação da área total:** Avaliado em R\$700.000,00 (setecentos mil reais). **Avaliação da fração:** Avaliado em R\$43.750,00 (quarenta e três mil, setecentos e cinquenta reais). **Data da avaliação:** 07/03/2023.

Bem 2: Fração de 6,25% (65.698,875m²) da gleba de terras, composta de campos e matos, com todos os seus pertences e acessórios naturais, com a área superficial de 1.051.182,00m², situada na localidade de Morrinhos, Coxilha Rica, Município e comarca de Lages/SC, com as seguintes confrontações: ao norte, com terrenos de Wilson Batista de Arruda, Inocência Aparecida de Souza Longarai e Valquir Soares Longarai. Cadastro no INCRA sob nº 812030038814-5, área total 10,5000ha, NIRF 0.491.870-3. **Matrícula:** Imóvel sob a Matrícula nº 28.809 do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Lages/SC. **Observação:** Registro de inventário e partilha em Av-5.

Ônus: Arrendamento Rural em AV-1. Reserva legal em AV-3. Indisponibilidade em AV-9. Indisponibilidade em AV-10. Penhora em AV-12 (Processo nº 0127800-91.1998.5.12.0011). Débitos de ITR a serem consultados. **Depositário:** Paulo Maciel de Arruda. **Endereço de vistoria:** Localidade de Morrinhos, Coxilha Rica, Lages/SC. **Avaliação da área total:** Avaliado em R\$2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais). **Avaliação da fração:** Avaliado em R\$131.250,00 (cento e trinta e um mil, duzentos e cinquenta reais). **Data da avaliação:** 07/03/2023.

Pelo presente edital, ficam intimados os executados, se não forem encontrados pelo Oficial de Justiça, suprindo, assim a exigência contida no art. 889, I do CPC, bem como, herdeiros necessários, cônjuges, condôminos, coproprietários, interessados e eventuais credores. Salvo pronunciamento judicial em sentido diverso, o pagamento deverá ser realizado de imediato pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico (art. 892 do CPC) e, caso tenha interesse em adquirir o bem em prestações, poderá fazê-lo nos termos do art. 895 e seguintes do CPC). Conforme determina o art. 887, § 1º do CPC, este edital está devidamente publicado no site do leiloeiro e será realizado na modalidade *online*. **Ônus do arrematante:** 1) Cabe aos arrematantes o pagamento da comissão do leiloeiro fixada em 5% sobre o valor da arrematação, e eventuais despesas de remoção e guarda de bens, custas de 0,5% sobre o valor da arrematação e, em caso de bens imóveis, o pagamento das despesas tributárias para tradição/transcrição dos bens, sujeitando-se, ainda, aos demais ônus previstos em lei; 2) Em caso de adjudicação, será ônus do adjudicante o pagamento da comissão do leiloeiro fixada em 5% sobre o valor da aquisição/avaliação, e eventuais despesas de remoção e guarda de bens, custas de 0,5% e, em caso de bens imóveis, o pagamento das despesas tributárias para tradição/transcrição dos bens, sujeitando-se, ainda, aos demais ônus previstos em lei; 3) Ficarão a cargo do arrematante: as eventuais despesas de condomínio e outras obrigações civis referentes ao imóvel, tais como foro e laudêmio etc.; as despesas cartorárias de transferência e desmembramento, bem como o ITBI; os débitos de INSS constituídos em razão da construção ou reforma do bem, de obras concluídas ou em andamento, desde que devidamente averbados do Registro de Imóveis competente; as eventuais despesas relativas à restrição imposta por zoneamento ou uso do solo, inclusive aquelas decorrentes da Legislação Ambiental; as demais despesas referentes a alvarás, certidões, escrituras e registros, incluindo débitos relativos à regularização da denominação do logradouro e numeração predial junto aos órgãos competentes, conforme o caso. O arrematante do imóvel recebe o bem, igualmente, livre de débitos de IPTU e demais tributos municipais atrasados, nos termos do art. 130 do CTN. O mesmo ocorre em relação ao ITR (imposto federal) nos imóveis rurais. 4) No caso de imóveis e veículos arrematados, fica o arrematante obrigado, após o recebimento da carta ou mandado de arrematação, a proceder a averbação no órgão de registro respectivo (Cartório de Registro de Imóveis ou Departamento de Trânsito). **Advertências especiais:** 1) Caso não sejam os devedores encontrados para intimação pessoal, ficam devidamente intimados pela publicação do presente edital na imprensa oficial e afixação em local de costume, da realização dos leilões e da reavaliação dos bens a serem leiloados; 2) Os credores hipotecários, usufrutuários, condôminos, senhorio direto, coproprietários ou credor com penhora anteriormente averbada, bem como, os cônjuges, sócios e/ou acionistas, que não forem intimados pessoalmente, ficam neste ato intimados da realização dos respectivos leilões/praças; 3) Havendo pluralidade de credores, a satisfação dos créditos rege-se pela ordem de preferência, conforme preceitua o art. 908, §§ 1º e 2º do CPC. 4) No caso de veículos automotores (automóveis, motocicletas, embarcações, aeronaves e similares), os impostos sobre a propriedade da coisa no serão transferidos ao arrematante, sub-rogando-se no preço da arrematação, conforme o art. 130, parágrafo único, do CTN. Também não serão transferidas ao arrematante as dívidas referentes a multas pendentes, da responsabilidade pessoal do proprietário anterior. O arrematante arcará, porém, com as despesas de transferência, inclusive de natureza tributária. Quanto aos demais bens móveis, todas as dívidas e ônus não serão transferidos ao arrematante. No caso de bens imóveis, as dívidas pendentes relativas a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse da coisa e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens,

como o IPTU e taxas municipais, ou as contribuições de melhoria, não serão transferidos aos arrematantes, sub-rogando-se no preço da arrematação, conforme o art. 130, parágrafo único, do CTN. Será transferido ao arrematante eventual ônus relativo à hipoteca ou Alienação Fiduciária existente sobre o bem imóvel, conforme art. 1.499, inciso VI, do CC. 5) Se o arrematante não pagar no vencimento, qualquer das parcelas mensais, o saldo devedor remanescente vencerá antecipadamente, será acrescido em 50% de seu valor a título de multa e, imediatamente inscrito em dívida ativa e executado. 6) Os bens encontram-se nos locais indicados nas suas descrições (verificação do estado em que se encontram, apenas mediante autorização expressa do juízo); 7) Em caso de acordo, remição, pagamento, parcelamento do débito ou qualquer outra forma de transação que implique suspensão do leilão ou extinção do processo, após iniciado os atos preparatórios da hasta pública, correrá por conta da parte(s) executada(s) ou remitente, a prévia comprovação dos recolhimentos das custas e demais despesas processuais, na forma do art. 789-A, VIII, da CLT, com a redação dada pela Lei nº 10.537/2002, fazendo jus o leiloeiro, inclusive, ao pagamento de honorários, que serão cobrados no percentual de 2,5% sobre o valor da avaliação ou de 5% sobre o valor da execução, sendo o valor mais vantajoso ao réu que prevalecerá, limitando-se ao valor mínimo de R\$500,00 pela executada, a título de ressarcimento das despesas realizadas e remuneração do leiloeiro pelo tempo de trabalho despendido. 8) O licitante e o leiloeiro poderão, a qualquer momento, mediante parecer escrito e fundamentado, revogar total ou parcialmente este leilão, por motivo de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, bem como anulá-la, por ilegalidade, na forma da lei, dando ciência de sua decisão aos participantes, com as devidas fundamentações, assegurando-se o contraditório. 9) Para participação do leilão, por meio do *site* www.bampileiloes.com.br, os interessados deverão estar devidamente cadastrados conforme as normas do site e assim, receber a chave de acesso. 10) Os procedimentos para a realização do cadastro estão disponíveis no *site* e, em caso de dúvidas, poderão contar com o suporte da assessoria do leiloeiro, em horário comercial. 11) Os lances oferecidos via *internet* não garantem direitos ao participante em caso de recusa do leiloeiro oficial, por qualquer ocorrência, tais como: quedas ou falhas no sistema, falhas da conexão de *internet*, falhas ou interferências na linha telefônica, *daley* ou qualquer outra falha técnica. 12) O interessado assume os riscos oriundos de falhas ou impossibilidades técnicas indicadas no item 11, não sendo cabível qualquer reclamação ou questionamento a esse respeito, devendo os licitantes evitarem, para tanto, lances eletrônicos perto do encerramento do leilão. 13) Na sucessão de lances no leilão *online*, a diferença entre os ofertados (incremento) não poderá ser inferior à quantia fixada no portal. 14) Os lances que vierem a ser ofertados, são de inteira responsabilidade do usuário/interessado, sendo o mesmo, também, responsável pelo eventual uso inadequado de seu LOGIN e SENHA de acesso ao sistema. 15) Em caso de aquisição do bem de forma parcelada, caberá ao arrematante a impressão dos boletos mensais e ao posterior protocolo no processo. 16) Em caso de dúvidas acerca do andamento processual, consulte o advogado de sua confiança para maiores esclarecimentos ou, para acompanhamento do processo, solicite a senha de acesso diretamente ao *e-mail* da vara (juízo competente) descrita no cabeçalho deste edital. 17) Leilão na modalidade “*ad corpus*”. **Observação:** O presente edital está sujeito a alterações até a data dos leilões designados. **Contato do leiloeiro:** Maiores informações com o Leiloeiro Oficial Ricardo Bampi (AARC-000324), através dos telefones (49) 3226-0765 / (49) 9.9901-2277, por meio do *site*: www.bampileiloes.com.br, no *e-mail*: leilao@ricardobampi.com.br, ou no endereço: Rua Benjamin Constant, nº 28, sala nº 8, bairro Centro, Lages/SC.

Dra. Michelle Adriane Rosário Arruda Araldi
Juíza Subst. da 2ª Vara do Trabalho de Lages/SC
(Assinatura eletrônica)

Ricardo Bampi
Leiloeiro Público Oficial -AARC 000324
(Assinatura eletrônica)